



Índice

- 01** Índios e quilombolas de Oriximiná (PA) lançam campanha em defesa de suas terras
- 02** Indígenas brasileiros buscam apoio na Espanha contra os planos de Dilma
- 03** Deputado Sperafico quer que Governo se posicione sobre demarcação de terras indígenas
- 04** Por uma relação mais simétrica
- 05** Ministro da Justiça alerta para 'potencial de conflito assustador' na questão indígena
- 06** Projeto fotográfico de antropóloga japonesa inclui visitas a cinco aldeias indígenas do Tocantins; confira relatos da expedição
- 07** CNM reúne prefeitos para debater questão da demarcação das terras indígenas
- 08** Comunidades indígenas vacinam o gado contra a febre aftosa em RR
- 09** Questão indígena é discutida na reunião mensal do Conselho Superior de Agronegócio
- 10** Puccinelli reforça desempenho do governo do Estado na resolução dos conflitos de terras indígenas em MS
- 11** Feira vai reunir mais de três mil indígenas do Brasil e exterior
- 12** Aumentam as doenças crônicas entre indígenas do Xingu

Índios e quilombolas de Oriximiná (PA) lançam campanha em defesa de suas terras
SÍTIO JORNAL FOLHA DO PROGRESSO, 14.10.2013



Índios e quilombolas de Oriximiná, no Pará, lançaram na semana passada uma campanha pela identificação e regularização de suas terras e pelo cancelamento da autorização de exploração mineral na região. Para se solidarizar, basta enviar uma mensagem-modelo (disponível aqui) para a Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Ministério Público Federal (MPF).

A campanha, lançada durante a Semana de Mobilização Nacional Indígena, em Belém (PA), conta com o apoio da Comissão Pró-Índio e do Iepé e reivindica: a imediata publicação do relatório de identificação da Terra Indígena Kaxuyana/Tunayana, pela Funai e Terra Quilombola Alto Trombetas, pelo Incra; a agilização dos processos de regularização das terras quilombolas Jamari/Último Quilombo/Moura, Ariramba e Cachoeira Porteira por Incra e Iterpa; e o cancelamento das autorizações para a Mineração Rio do Norte realizar estudos e exploração mineral dentro das terras quilombolas, além da interrupção de qualquer atividade mineradora, inclusive pesquisas, antes de titulação.

Saiba mais sobre a situação dos índios e quilombolas de Oriximiná aqui (http://www.cpis.org.br/pdf/FolderQuilombolas_site.pdf).



Indígenas brasileiros buscam apoio na Espanha contra os planos de Dilma

SÍTIO R7, 14.10.2013

Madri, 14 out (EFE).- O representante do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Ivaldo Perez, está na Espanha com a intenção de obter apoios para a causa dos indígenas no Brasil, que mantêm há meses uma quebra de braço com o Governo da presidente Dilma Rousseff.

O CIR recebeu há um ano das mãos do Príncipe das Astúrias o Prêmio Bartolomé de las Casas, dado pela Secretaria do Estado de Cooperação Internacional e a Casa das Américas em reconhecimento de projetos de cooperação com os povos indígenas. Neste retorno à Espanha, Perez, apoiado pelas ONGS Survival International e Associação Uyamaa, se reuniu nesta segunda-feira com o embaixador brasileiro em Madri, Paulo Cesar de Oliveira, e amanhã fará o mesmo com representantes da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

O ativista disse hoje à Agência Efe que seu movimento pretende envolver o Governo e a sociedade espanhola, pois a "pressão dos países que compreendem a situação serviu muito historicamente à causa indígena do Brasil". A principal preocupação dos defensores dos direitos dos indígenas é atualmente a proposta de emenda da Constituição brasileira, de modo que as competências da Funai (Fundação Nacional do Índio) passariam diretamente ao Congresso Nacional.

Esta mudança pode modificar o tratamento de terras protegidas com grandes consequências, pois só na área protegida Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, há mais de 900 pedidos de empresas para fazer prospecções mineiras. Ivaldo Perez também denunciou a construção de centrais hidrelétricas na zona.

Perez assegurou que os indígenas querem colaborar com o Governo brasileiro "desde que haja um respeito mútuo", ao destacar que "não aceitamos qualquer tipo de desenvolvimento".

O vice-coordenador do CIR criticou também as condições impostas às áreas protegidas de Roraima, como a restrição para ampliá-la independentemente de sua demografia. Estas condições estão sendo implantadas também mediante acordos de proteção de áreas indígenas de outros Estados brasileiros, segundo afirmou.

Copyright Efe - Todos os direitos de reprodução e representação são reservados para a Agência Efe



Deputado Sperafico quer que Governo se posicione sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO RÁDIO DIFUSORA, 14.10.2013

Temas envolvendo a demarcação das terras indígenas para evitar os conflitos entre índios e produtores foram debatidos na semana passada, em reunião na presidência da Câmara, entre os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, da Advocacia-Geral da União, Luís Adams, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, e parlamentares.

Ao término do encontro, o ministro José Eduardo Cardozo disse que o governo é contrário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere para o Congresso Nacional a prerrogativa das demarcações de terras, por entender que ela é inconstitucional e que não resolverá os problemas das terras indígenas e não sobreviverá a um questionamento no Supremo Tribunal Federal.

Após a reunião ficou definido um novo encontro em 10 dias, para que possam voltar a discutir mecanismos a fim de resolver a questão dos conflitos envolvendo indígenas e produtores e a regulamentação do Artigo 231, Parágrafo 6º da Constituição, que disciplina a situação de terras que podem ser demarcadas e as que não podem.

O Deputado Federal Dilceu Sperafico, juntamente com a bancada ruralista, que defende o interesse dos agricultores brasileiros disse que é necessário construir por meio do diálogo e do entendimento uma legislação, para definir de uma vez por todas a situação.

Sperafico salientou que o Governo não pode ser omissos nesta hora de tensão, especialmente porque o problema se agrava a cada dia nas regiões de conflito.

O Deputado Federal informa que o Ministro se comprometeu em elaborar uma portaria do Ministério da Justiça sobre o processo demarcatório das terras indígenas, com mais transparência, mais substâncias, às decisões a serem tomadas nas demarcações.

O Deputado Federal Dilceu Sperafico participará da reunião no próximo dia 22, para acertar um texto a ser aprovado e regulamentado à Constituição.

Ainda segundo Sperafico, na questão da portaria, deverá ser definida qual a função do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Embrapa no processo de demarcação.



Por uma relação mais simétrica

SÍTIO CM CONSULTORIA, 14.10.2013

Os professores indígenas que atuam nas aldeias do país devem ser qualificados em nível superior. Mais que uma obrigação legal, este foi um direito garantido pela Constituição de 1988. A escola indígena tem reconhecidamente características que a diferenciam. Mas, apesar da criação do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Proind), em 2005, há, até hoje, apenas três experiências formais de terceiro grau indígena no Brasil. O trabalho pioneiro, realizado desde 2001, na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), é objeto de tese de doutorado defendida pela pesquisadora Iraci Aguiar Medeiros no Instituto de Geociências (IG) da Unicamp. As outras duas experiências foram realizadas nas Universidades Federais de Roraima e Minas Gerais.

“O objetivo da pesquisa foi analisar uma experiência de articulação entre a universidade e o movimento indígena. Verifiquei qual a relação do conhecimento tradicional indígena que os professores trazem para a universidade com o conhecimento científico, e como se dá a relação desses diversos saberes”, explica a pesquisadora.

Ecologia dos saberes é o termo utilizado pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos, para designar o conhecimento produzido na universidade a partir da interação com outros saberes. O tema é relativamente recente e suscita ainda muitos debates. Entretanto, a pesquisadora parte da afirmação de que, no caso da experiência da Unemat, que envolve uma relação intercultural, houve de fato a ecologia dos saberes, foco da tese.

Os professores indígenas que fazem graduação na universidade mato-grossense são provenientes de vários povos e etnias. O terceiro grau tem servido para resgatar tradições que estavam se perdendo nas aldeias. “Eles não vêm para a universidade só para aprender as ‘coisas de branco’ mas, a partir do envolvimento nos cursos, conseguem trazer de volta as tradições culturais da aldeia, músicas e rituais que voltam a realizar.”

A troca de conhecimentos e o uso de metodologia científica para o resgate de suas próprias vivências caracterizam, segundo Iraci, a relação intercultural. “Os indígenas fazem muita pesquisa com os idosos das aldeias. Eles conseguem, de fato, recuperar tradições que são registradas e podem compor material didático, passando a adotar aquela prática do conhecimento tradicional.”

A autora da tese ressalta o caráter coletivo de todas as decisões tomadas pelos povos originários. A decisão de enviar um professor da aldeia para a universidade parte de todos. “O interesse é coletivo, a aldeia é quem decide quem vem e a própria comunidade faz o acompanhamento do trabalho do professor. Ele repassa tudo o que aprendeu e tem um papel fundamental, porque é visto como um enviado que tem a oportunidade de estudar e assim ajudar seu povo”, afirma. Iraci complementa que o professor passa a ser uma liderança importantíssima na aldeia e, em alguns casos, torna-se cacique.

CONT.



Na luta pela terra

O papel de liderança do professor indígena tem mais um sentido de ser. Ele funciona como o elo na relação da aldeia com a comunidade não indígena. Os professores que passam pelo terceiro grau aprendem a escrever, a usar computadores e toda tecnologia a que têm acesso com o objetivo de estabelecer uma relação mais simétrica com a comunidade não indígena. O ponto central para os povos indígenas é conseguir reivindicar seus direitos por meio das ferramentas que eles passam a dominar. "A manutenção da terra é fundamental para eles, é uma questão de sobrevivência", salienta a pesquisadora.

De acordo com a autora da tese, no caso da Unemat todos os indígenas que frequentam a universidade moram nas aldeias, a maioria no Parque Indígena do Xingu. "Grande parte já está em terras reconhecidas ou em aldeias estruturadas. Mas há ainda os povos em conflito como os Xavantes, por exemplo." Muitas lideranças dos movimentos que reivindicam a manutenção da terra foram alunos da Unemat. Os professores e os líderes das aldeias reconhecem, portanto, a importância do saber ler e escrever português como ferramenta de interlocução com a sociedade não indígena.

Movimento indígena

Antes de abordar a ecologia de saberes, a tese de Iraci se constitui em uma discussão sobre a trajetória do movimento indígena no Brasil desde a década de 1970 até os direitos conquistados na Constituição de 1988. A partir de 1990, a proposta do estudo é debater o protagonismo dos povos indígenas a partir da atuação dos professores na conquista das legislações e de uma série de direitos, entre os quais a manutenção da terra de origem. A educação escolar indígena diferenciada surge a partir da década de 1990.

A princípio sob a tutela da Fundação Nacional do Índio (Funai), a educação dos povos nativos passou para a esfera do Ministério da Educação (MEC), em 1990. "Houve uma série de conquistas formalizadas pela lei federal como, por exemplo, a lei que estabelece escola indígena diferenciada nas aldeias com professores indígenas, além da necessidade de formação do professor". Toda a articulação do movimento indígena é recuperada na tese.

A mudança de paradigmas na oferta de educação escolar às comunidades indígenas foi gradativa, mas por muitos anos esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. "Ou seja, servindo de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas" salienta Iraci. No modelo de escola do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que precedeu a Funai, predominava a formação de trabalhadores rurais voltados para o mercado regional.

"Desde 1991 está em tramitação no Congresso Nacional um novo Estatuto dos Povos Indígenas, que envolve reivindicações e foi objeto de várias reformulações", comenta Iraci, hoje coordenadora de projetos e programas na pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Unemat. Na época de elaboração do primeiro curso de licenciatura, ela já estava na universidade e acompanhou todo o processo. Ela conta que participaram da criação dos cursos docentes de universidades paulistas como a Unicamp, USP e a Unesp, que já trabalhavam com

CONT.



o tema. Eles ajudaram a formar os professores que passaram a dar aulas para os indígenas.

Em 2001, ingressaram 200 professores. Na segunda turma foram 300, representando 44 etnias. Em 2006 formaram-se 186 indígenas. São cursos de Licenciatura em Ciências Sociais, Ciências Matemáticas e da Natureza, Línguas, Artes e Literatura e o mais novo deles, Pedagogia Intercultural. As aulas ocorrem no período de férias escolares nas aldeias, no campus da Unemat, em Barra do Bugres. Os cursos são realizados em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC), Fundação Nacional da Saúde (Funasa), Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc/MT), Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec) e Prefeitura Municipal de Barra do Bugres.

A convivência das várias etnias indígenas com os professores dos cursos de licenciatura da Unemat também trouxe para a prática docente muitas mudanças. Iraci avalia que os docentes não índios passaram a perceber outras lógicas, “além do enfoque monocultural da ciência eurocêntrica”. A articulação entre os conhecimentos foi estabelecida. Um exemplo é a física, tão presente nas maneiras de medição do tempo entre os povos originários.

“Da parte dos índios, eles conseguem explicar, através da matemática e da geometria, a razão para os desenhos nas peneiras ou as pinturas que utilizam no corpo e que têm um significado ritual. Também identificam as formas do triângulo e do círculo e percebem a geometria na construção das casas.” Várias monografias dos cursos de licenciatura associam o conhecimento indígena ao não indígena.

Uma experiência que também se transformou em material didático foi a elaboração de um dicionário eletrônico, constituído de palavras que não existiam na língua indígena. No dicionário estará o nome da palavra e a referência da etnia de onde vem, o que significa em português e o desenho que mostra do que se trata. Interessante como foram feitas as adaptações da língua portuguesa para a língua indígena de palavras que nos tempos ancestrais não existiam como “avião”, “internet” ou “computador”. Avião na língua tapirapé passou a ser “xixinyara”, – uma variação da palavra libélula.

Metodologia

A pesquisadora entrevistou 48 professores indígenas e realizou três etnografias que geraram relatórios para a tese. No campus de Barra do Bugres, ela observou como eram as aulas de arqueologia, antropologia e informática, além de conhecer melhor a documentação do projeto. Na aldeia Umutina, município de Barra do Bugres, acompanhou a rotina dos professores e alunos na escola, e também o envolvimento da comunidade. “Precisava conhecer a proposta pedagógica da escola, a relação dos conteúdos com o aprendizado na universidade, e as contribuições desse processo para o fortalecimento da cultura e da identidade Umutina”.

A última etnografia foi relacionada ao processo de realização da I Conferência Regional de Educação Escolar Indígena, no Parque Indígena do Xingu. “As etnografias nos permitiram não só percorrer a trajetória da elaboração de um currículo multicultural no contexto da educação escolar indígena, como também mergulhar em suas práticas. No curso de formação de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2013

Brasília, 15 de outubro de 2013.

professores e em uma escola de aldeia, foi possível analisar e discutir o espaço/tempo da sala de aula e a relação entre o cotidiano e as perguntas colocadas pela pesquisa”, complementa.

Se a ecologia dos saberes é uma espécie de extensão ao contrário, como coloca o sociólogo criador do termo, na experiência estudada por Iraci os povos indígenas puderam até hoje se organizar e fortalecer suas tradições para poder lidar com os não indígenas. Para a universidade, ressalta a pesquisadora, o ganho maior foi a incorporação de uma nova visão de mundo que agrega à sua forma de produzir conhecimento, outros conhecimentos de outras culturas e línguas.

Publicação

Tese: “Ecologia de saberes? Estudo de uma experiência de interação da universidade com movimento indígena”

Autora: Iraci Aguiar Medeiros

Orientadora: Leda Maria Caira Gitahy

Unidade: Instituto de Geociências (IG)

Fonte: Unicamp - São Paulo/SP



Ministro da Justiça alerta para 'potencial de conflito assustador' na questão indígena
SÍTIO O ESTADO DE SÃO PAULO, 13.10.2013

Martins Cardozo revela 'situações de radicalização exacerbada até muitas vezes por questões eleitorais' em 6 Estados

Fausto Macedo

A questão indígena preocupa e toma o tempo do ministro da Justiça mais que qualquer outro assunto da Pasta. José Eduardo Martins Cardozo afirmou que as demandas sobre demarcação de terras e conflitos entre produtores e índios têm ocupado 70% de sua agenda. "É assustador que um tema só ocupe tanto espaço da agenda do ministro da Justiça", ele disse, na última sexta-feira, quando foi homenageado pelo Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). "É uma questão que tem potencial de conflito assustador", alertou Cardozo.

Ele observou que a Constituição determinou a demarcação de terras indígenas e deu prazo de 5 anos para cumprimento dessa meta. "Já estamos com 25 anos (de Constituição) e ainda não foram concluídos os processos."

Cardozo esclareceu que a maior parte das terras indígenas já foi demarcada. "Faltam 3%, só que os 3% que faltam são exatamente as zonas de grande conflito", anotou o ministro. "Eu não falo apenas de grandes conflitos com grandes proprietários. Falo de conflitos às vezes com pequenos agricultores ou conflitos com assentados da reforma agrária."

O ministro enfatizou. "Eu tenho situações em que produtores querem matar os índios ou que os índios querem matar produtores. O Ministério da Justiça é acusado de omissão pelos dois lados, ou porque não demarca ou porque demarca."

"É uma situação perversa", disse Cardozo. "As ações demarcatórias demoram décadas quando levadas à Justiça para uma solução."

Ele contou que, recentemente, teve que atuar intensamente em uma questão indígena no sul da Bahia que lhe "causou problemas". Era uma demanda dos índios pataxós hã-hã-hãe. "A ação demorou a ser julgada 70 anos pelo Judiciário brasileiro. Como sou um homem de sorte, a ação foi julgada na minha gestão. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a propriedade indígena e a mim coube fazer a desintrusão (retirada das pessoas) da área. Tive que fazer uma verdadeira operação de guerra no Sul da Bahia, com a Polícia Federal, com a Força Nacional de Segurança Pública e com a colaboração do governador Jaques Wagner."

"Essa é uma questão que está hoje posta no Brasil de uma forma terrível", advertiu o ministro.
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2013

Brasília, 15 de outubro de 2013.

"Situações de radicalização exacerbada até muitas vezes por questões eleitorais acabam determinando riscos potenciais no Rio Grande do Sul, no Paraná, Santa Catarina, Bahia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso."

"São situações muito delicadas", avaliou Cardozo. "É uma questão que tem que ser enfrentada e só vejo uma postura possível do Ministério da Justiça: ir ao limite para chegar a um entendimento. Ir ao limite. Eu não quero negar nenhum direito que efetivamente exista."

Cardozo observou que "há situações de inquestionável caracterização de terra indígena, só que os Estados deram escrituras para essas pessoas há décadas e eu tenho que regularizar isso".

"A Constituição não me permite indenizar esses títulos. Portanto, eu tenho que buscar a conciliação ao máximo. Não é uma tarefa simples, mas é uma tarefa a ser desentranhada. Posso afirmar que o Ministério da Justiça fundamentalmente tem laços umbilicais com o Estado de Direito, que por excelência tem que buscar agregar posições políticas díspares, tem que buscar conciliar o que pode ser inconciliável. Sempre sob o império da lei e da Constituição, sem abusos."

Martins Cardozo disse que a Pasta que dirige é "um grande desafio em si". "Que bom que seja um desafio sob o manto do Estado de Direito, porque nem todos os meus antecessores tiveram esse privilégio de viver o exercício do Ministério sob uma Constituição que proclama que o Brasil é um Estado democrático de direito."

Projeto fotográfico de antropóloga japonesa inclui visitas a cinco aldeias indígenas do Tocantins; confira relatos da expedição

SÍTIO REDE TOCANTINS DE NOTÍCIAS, 14.10.2013



Pesquisadora percorreu cinco aldeias do Tocantins na última semana

A antropóloga e fotojornalista japonesa, Hikaru Nagatake, fundadora do projeto "Wonder Eyes" (Olhos Maravilhosos, em livre tradução), visitou cinco aldeias indígenas do Tocantins. Com apoio da Secretaria de Estado da Educação e Cultura (Seduc), a pesquisadora que esteve no Tocantins em 2003, voltou a aplicar o projeto fotográfico junto a alunos das etnias Xerente, Karajá e Krahô, inclusive contando com a participação de alguns remanescentes da década passada.

De acordo com Hikaru, a origem do "Wonder Eyes" se deu a partir de uma experiência que ela viveu no Timor Leste. "O 'Wonder Eyes' surgiu em 2000, quando fui ao Timor Leste após os conflitos que aconteceram por lá e tive a ideia do projeto fotográfico assim que percebi que apesar de todas as coisas ruins que viveram, as crianças continuavam com os olhos brilhantes como diamantes, maravilhosos, por isto o nome do projeto", explicou.

Conforme a fotojornalista, ela ficou positivamente impressionada com as informações educacionais que recebeu sobre o Tocantins antes do retorno ao Estado e, também, com o resultado da nova aplicação do projeto. "Pouco antes de voltar ao Tocantins, eu recebi informações de que os índices educacionais daqui são positivos, e eu admiro muita esta consciência sobre a importância da Educação, até porque o 'Wonder Eyes' é, essencialmente, um estímulo educacional para ampliar a visão dos que participam dele.

Aldeias Xerente

CONT.



No primeiro dia de atividades ao retornar ao Tocantins, na última semana, Hikaru visitou a aldeia Xerente Porteira, em Tocantínia. Por lá, a antropóloga reencontrou Jânio Srêzê Xerente, com quem aplicou o projeto em 2003. Para o indígena, desta vez foi mais fácil manusear a câmera, mas a importância da oportunidade é tão valiosa quanto há 10 anos. "Quando ela veio, eu só tinha oito anos e foi mais difícil aprender tudo. Agora foi melhor, eu consegui fotografar tudo do jeito que queria e escolhi a foto de uma amiga no cajueiro porque isto mostra bem como convivemos com a natureza", destacou o Xerente de 20 anos estudante do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente (Cemix).

Já para o cacique da Porteira, Kléber Wairurã Xerente, o acesso à modernidade é algo positivo para a atual geração, mas com restrições. "O avanço da tecnologia é interessante, e um projeto assim dá extensão à nossa cultura em todo o mundo, e isto é bom. Ao mesmo tempo, eu fico preocupado, porque sei o quanto é importante que os nossos representantes conheçam as tecnologias, mas sem perder a nossa própria tradição, que é muito mais importante", ressaltou o cacique.

A segunda aldeia visitada foi a Salto, também em Tocantínia e da etnia Xerente. Por lá, o cacique Valci Sinã Xerente recebeu com satisfação o retorno do projeto. "Ter esta atividade novamente aqui é muito bom porque significa que a gente está tentando acompanhar o desenvolvimento da tecnologia, mostrando para o mundo que podemos dominar as práticas de uma cultura que não é a nossa. Tudo é muito bom; as nossas crianças e jovens se divertem e conhecem algo novo. Além disto, eles podem mostrar que têm olhares diferentes para o mesmo lugar onde convivem, servindo de estímulo para eles aprenderem cada vez mais coisas novas", afirmou Sinã.

Aluno da Escola Estadual Indígena Waikarnãse, Eliana Krēdi Xerente gostou da maneira diferente de enxergar a própria aldeia. "Achei muito legal fotografar; acho que tirar foto é como se fosse um outro jeito de olhar o que sempre olhamos, por isto gostei de aprender a usar a câmera e ver a foto que tirei no papel", disse a estudante de 12 anos, que escolheu a foto do irmão caçula para ser impressa e enviada para o Japão porque, segundo ela, "ver o rosto dele, que é um bebê, me faz sentir bem e feliz."

Aldeia Karajá

Também recebeu a visitante, a aldeia Karajá Fontoura, localizada na Ilha do Bananal. Nela, outra jovem veterana do projeto teve o prazer de novamente participar das atividades: Weriř Karajá confessou não se lembrar de como foi a primeira experiência. "Eu era muito novinha, tinha só nove anos na primeira vez que ela veio. Agora estou gostando muito e estou procurando mostrar a natureza, os animais que cuidamos, porque é assim que vivemos, junto com a natureza", destaca a estudante de 19 anos da Escola Estadual Indígena Kumanã.

Conforme contou o cacique Gilberto Tabuhana Karajá, a volta da antropóloga e fotojornalista Hikaru foi festejada por todos da Fontoura. "Dos mais velhos aos mais novos, todos estavam falando do projeto, das nossas crianças e dos nossos jovens usando máquinas modernas e mostrando parte da nossa cultura. Eu fiquei muito feliz com isto; muito agradecido, porque ela retornou depois de 10 anos e mobilizou toda a aldeia em algo que é bom para a gente, para o

CONT.



nosso povo”, exaltou o Karajá.

Aldeias Krahô

A penúltima aldeia a receber Hikaru foi a Krahô Manoel Alves Pequeno, em Goiatins. Aos 15 anos de idade, a aluna da Escola Estadual Indígena 19 de Abril Diana Krahô disse que estranhou a novidade no início, mas logo naturalizou o uso da máquina fotográfica. “Eu achei meio estranho isto tudo no início, ter gente diferente e de tão longe aqui com várias câmeras. Depois eu comecei a gostar mais e achei bom poder mostrar um pouco daqui da aldeia com as fotos que fizemos. Cada etnia tem uma cultura própria; na nossa a gente dança e canta muito e faz a corrida da tora. Não dá para mostrar tudo isto, mas já foi importante mostrar um pouco da nossa cultura”, destacou a jovem.

Com um pensamento bastante flexível, o cacique Dodanin Krahô disse acreditar na conciliação entre tradição e modernidade. “Não tenho dúvida que é muito importante para todos os lados este projeto, tanto para os não-indígenas conhecerem a nossa cultura quanto a gente a cultura deles. Desta forma a gente pode se comunicar melhor, cada um respondendo por si mesmo”, disse o cacique.

O destino tocantinense final do “Wonder Eyes” em 2013 foi Itacajá, na aldeia Krahô Mangabeira, onde a cacique Doralice Wakui Krahô falou do aprendizado em via de mão dupla que é o projeto. “Uma atividade assim é boa para a nossa aldeia porque aprendemos algo novo, vemos como é usar uma câmera moderna e podemos tirar fotos daqui da nossa terra. Por outro lado, isto é bom para quem vai ver o que foi feito aqui, porque eles vão conhecer um pouco de uma cultura única, de um lugar cheio de riqueza cultural com cantorias, danças, plantações. Estamos felizes por ela ter vindo há 10 anos e ter voltado agora; estamos realmente felizes”, exaltou a cacique.

Outro remanescente da primeira vinda de Hikaru Nagatake, Adão Tenacuw Krahô, atualmente com 20 anos, vê na nova oportunidade a realização de um desejo antigo instigado com o primeiro contato com a antropóloga fotojornalista. “Eu sou professor de cultura Krahô na Escola (Estadual Indígena Mangabeira) e também sou aluno do 1º ano do Ensino Médio. Fazer parte do projeto de novo me traz mais conhecimento e um dia vou realizar o meu sonho de ser professor de tecnologias também, para ajudar a divulgar a nossa cultura”, afirmou o jovem Krahô, não deixando dúvida de que isto realmente vai vir a acontecer.



CNM reúne prefeitos para debater questão da demarcação das terras indígenas
SÍTIO ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS, 14.10.2013

A polêmica questão da demarcação das terras indígenas tem movimentado o Congresso Nacional e diversos Municípios brasileiros. Para apurar em profundidade todos os temas que envolvem o debate, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, vai se reunir com os prefeitos que buscam uma solução para a questão nesta segunda-feira (14), em Brasília.

Ziulkoski esclarece que a entidade promove a reunião no Congresso Nacional, a partir das 13h, a pedido de alguns prefeitos. "Primeiro vamos fazer uma avaliação do que está impactando nesses Municípios, ouvir os diversos atores envolvidos e debater possíveis encaminhamentos. "Nossa entidade, que é de Municípios, não tem qualquer posicionamento prévio", adianta.

A reunião buscará apurar o atual quadro, total de Municípios com disputas, posicionamento de entidades envolvidas com o tema. Ziulkoski reconhece que a situação é complicada, mas defende a necessidade de ser encontrada uma solução, sem prejudicar as partes envolvidas.

Foto: Marcello Casal Jr./ABr

Fonte: Agência CNM

Comunidades indígenas vacinam o gado contra a febre aftosa em RR

SÍTIO GLOBO.COM, 14.10.2013

*Trabalho é acompanhado por técnicos da Secretaria de Gestão Ambiental.
Campanha termina quarta-feira (16) nas aldeias do Estado.*



O gado das comunidades indígenas de Roraima está sendo vacinado contra a febre aftosa. O trabalho é acompanhado por técnicos da Secretaria de Gestão Ambiental.

A segunda fase da campanha contra a febre aftosa, realizada nas 15 comunidades indígenas de Boa Vista, em Roraima, tem como meta vacinar cinco mil cabeças de gado. Para as autoridades, o maior desafio é romper as barreiras culturais. Os índios não aceitam que vaca prenha seja vacinada.

"Nosso rebanho é pouco. As vacas que estão prenhas, se vacinar, elas vão perder com

certeza ou então nasce defeituoso deficiência", diz Alfredo Sousa, índio macuxi.

Os técnicos responsáveis já tentaram orientar os indígenas. "A gente sabe que tecnicamente é inviável abortar, que não acontece. Mas tem que respeitar. É o ponto de vista do proprietário indígena", diz Zélio Mota, superintendente da Secretaria de Gestão Ambiental.

O índio macuxi Terêncio Brás não vacinou as vacas prenhas do rebanho. Aos 83 anos, ele diz ter a experiência de um tempo em que a aftosa arrasava os rebanhos em Roraima. "Eu vi morrer gado e morrer veado aqui no campo com essa doença. Eu não quero que aconteça porque é um gadinho pouco e se dá acaba com tudo", diz.

Os técnicos também realizam a vermifugação do gado. A campanha contra a febre aftosa termina quarta-feira (16) nas aldeias e segue até o fim do mês no restante do Estado.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2013

Brasília, 15 de outubro de 2013.

Questão indígena é discutida na reunião mensal do Conselho Superior de Agronegócio SÍTIO FIESP, 14.10.2013

Cosag debateu o tema com a participação de parlamentares da Frente de Agricultura



Ramalho: "Produtor rural quer uma definição clara do governo sobre os indígenas." Foto: Beto Moussalli/Fiesp

Ariett Gouveia, Agência Indusnet Fiesp

Nesta segunda-feira (14/10), o Conselho Superior de Agronegócio (Cosag) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) trouxe para a sua reunião mensal um debate sobre a questão indígena. A discussão contou com a participação do presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Cesário Ramalho da Silva, e dos deputados federais integrantes da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. A reunião foi coordenada pelo presidente do Cosag, João de Almeida Sampaio Filho.

"A questão indígena impacta no maior e mais moderno setor da economia brasileira. A agropecuária inunda o país todo com melhoria da renda e desenvolvimento de tecnologias", disse Ramalho. "O que o produtor rural quer é uma definição clara do governo federal sobre os indígenas."

Para o presidente da SRB, é inadmissível que seja colocado em dúvida, por exemplo, o direito de propriedade de escrituras centenárias. "Não podemos aceitar que as pessoas sejam expropriadas pela Funai (Fundação Nacional do Índio) sem direito a receber nada", disse ele, que destacou que há outros segmentos empresariais que também são prejudicados pela falta de definição na questão dos índios.

Parlamentares

CONT.



O deputado federal Luiz Carlos Heinze falou sobre o que está em processo na Câmara dos Deputados na questão indígena. "Acreditamos e vamos seguir trabalhando pela PEC 215, mas, nesse momento, se sair a votação da regulamentação do artigo 231 da Constituição ou o decreto, que está sendo definido por um grupo de trabalho que envolve a Embrapa e a Câmara, já resolve a questão."

O parlamentar lembrou a questão da segurança jurídica do agronegócio do país. "Quem é que vai investir em um país que não garante a sua segurança? Uma pessoa é proprietária de uma terra, mas amanhã pode perdê-la", afirmou. "Hoje temos 16 estados do Brasil com problemas, desde assentados da reforma agrária, que receberam terra do Incra há três anos e estão sendo tirados pela Funai, até pequenos, médios e grandes produtores."



Heinze: preocupação quanto à segurança jurídica para os produtores rurais no país. Foto: Beto Moussalli/Fiesp

O também deputado federal Moreira Mendes reforçou a questão constitucional, destacando o artigo 231. "Vencemos as dificuldades com os sem-terra e também sobre o código florestal e agora surge a questão indígena. Quando isso se resolver, surgem as comunidades tradicionais, depois os quilombolas. Tudo isso com o objetivo de acabar com a propriedade privada", disse.



Sampaio Filho foi o coordenador da reunião do Cosag. Foto: Beto Moussalli/Fiesp

Membro da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, o parlamentar Alceu Moreira também mostrou preocupação com a defesa da propriedade privada. "Temos um governo urbano, um judiciário urbano e um congresso urbano em um país rural. Constituir-se maioria nesse cenário é muito difícil. O que impera é o direito ao coitadismo, um raciocínio raso", declarou Moreira.

Também participaram da reunião a secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Mônica Bergamaschi, e o diretor-titular do Departamento de Agronegócio (Deagro) da Fiesp, Benedito da Silva Ferreira.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2013

Brasília, 15 de outubro de 2013.

Puccinelli reforça desempenho do governo do Estado na resolução dos conflitos de terras indígenas em MS

SÍTIO NOTÍCIAS.MS, 14.10.2013



Campo Grande (MS) – O governador André Puccinelli disse nesta segunda-feira (14), em entrevista após o Encontro do Projovem Trabalhador, que o governo do Estado tem reforçado presença e atuado com intensidade para resolução dos conflitos de terras indígenas em Mato Grosso do Sul.

O governo do Estado tem realizado constantemente reuniões com o Ministério da Justiça, representantes dos produtores rurais e indígenas. Segundo Puccinelli o governo tem cumprido seu papel nesta discussão sobre a demarcação de terras. “Não é por falta de alerta, nem por falta de participação do governo do Estado que a situação ainda não está solucionada”, informou o governador. “Temos feito grande dispêndio financeiro na compra das cestas alimentares, do Vale Universidade Indígena, do Aldeia Produtiva, dos tratores comprados com recursos próprios para atender a comunidade indígena de Mato Grosso do Sul, mas precisamos principalmente, ter [da União] um cronograma para cumprir a palavra emprenhada”, cobrou Puccinelli.

Três Comissões, coordenadas por uma Mesa Deliberativa, têm estudado por meio de levantamento das extensões e valores de 53 áreas pleiteadas como indígenas, bem como avaliado e analisado juridicamente as regiões que possuem áreas indígenas que possam ser adquiridas pelo governo federal e redistribuídas às comunidades indígenas. “O governo federal está sendo por nós alertado rotineiramente dos percalços que ocorrem e precisam tomar providências”, alertou o governador.

Mesmo alertando constantemente o governo federal, o governo do Estado também tem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2013

Brasília, 15 de outubro de 2013.

cobrado há algum tempo uma definição por parte da União, para o conflito de terras indígenas. “É importante que eles respondam responsabilizando-se por esta questão, pois foi ela [a União] que titulou as terras, portanto, em Mato Grosso do Sul essa posse dos produtores não é grilagem de terra”, reforçou André.

O governador ainda enfatizou que é preciso que Estado e União deem atenção à comunidade indígena. “Precisa que seja dada atenção aos patrícios indígenas e precisa ser dada atenção aos brasileiros brancos. Enfim, quando a União entender que todos nós somos brasileiros, não pela cor da pele, pela etnia ou pela cultura, quando a União considerar os patrícios indígenas brasileiros de verdade, eles resolverão o problema, enquanto isso o conflito se estabelece”, avaliou o governador.



Feira vai reunir mais de três mil indígenas do Brasil e exterior

SÍTIO PORTAL BRASIL, 14.10.2013

IX Feira Krahô de Sementes Tradicionais trará comidas típicas, artesanato, pinturas corporais e apresentações culturais

O município de Itacajá, Tocantins, irá receber a IX Feira Krahô de Sementes Tradicionais. O evento vai desta segunda-feira (14) até o dia 18 de outubro.

Já está em sua nona edição, a feira objetiva desenvolver ações para incrementar a segurança alimentar indígena, incentivar à conservação local das variedades agrícolas tradicionais e promover a capacitações nas áreas de agroecologia e artesanato, entre outros.

Segundo a pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Terezinha Dias, que é uma das coordenadoras do evento, as feiras de sementes estimulam a conservação das variedades agrícolas tradicionais, pela valorização do orgulho da herança cultural relacionada aos recursos genéticos. "Além de sementes tradicionais, as feiras possibilitam às etnias compartilhar também aspectos culturais, como festas, cantos, danças, comidas, pinturas corporais, artesanatos, tornando o evento uma grande confraternização", explica.

A Feira Krahô de Sementes Tradicionais foi realizada pela primeira vez em 1997. Na última edição, em 2010, o evento reuniu cerca de 2.500 pessoas de 10 etnias. Este ano, vai contar com mais de três mil indígenas, incluindo representantes das aldeias Krahô e de outras trinta etnias do Brasil e do exterior.

Além dos povos indígenas, pesquisadores e indigenistas, o evento agrega também representantes de organizações governamentais e não governamentais, outros profissionais e acadêmicos, bem como a população do entorno da área indígena.

"A troca de sementes entre os índios Krahô acontece tradicional e culturalmente, mas ao longo dos anos instituições parceiras começaram a realizar a Feira junto com eles, e hoje, a dimensão do evento é grande, envolvendo indígenas de outros estados e países e instituições colaboradoras", afirma Nadi Rabelo da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, que também atua na organização do evento.

Relação entre a Embrapa e comunidades indígenas

A relação entre a Embrapa e as comunidades indígenas começou em 1995, quando representantes do povo indígena Krahô, do Tocantins, procuraram a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília, DF, em busca de sementes tradicionais de milho e amendoim, que estavam conservadas nas câmaras de conservação da Unidade, onde mais de 100 mil amostras de sementes são conservadas a 20°C abaixo de zero.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2013

Brasília, 15 de outubro de 2013.

O objetivo dos índios Krahô era reintroduzir as variedades tradicionais nas suas roças, pois o processo de aculturação deste povo indígena levou à substituição das suas sementes tradicionais por sementes comerciais e híbridos que, muitas vezes, não são adequadas ao seu sistema de cultivo e às suas necessidades alimentares.

A interação entre esta comunidade indígena e a Embrapa levou à assinatura de um convênio entre a Empresa e a FUNAI, visando não só oficializar e facilitar esse trabalho, como também estendê-lo a outras comunidades indígenas, que enfrentam os mesmos problemas e necessidades dos Krahô.

“As terras indígenas ocupam quase 12% do território nacional - cerca de 104 milhões de hectares - com grandes extensões territoriais na Amazônia, que embora sujeita às depredações dos recursos naturais, às invasões e explorações, ainda atendem às demandas alimentares das comunidades indígenas. No restante do Brasil o quadro é diferente: os povos indígenas habitam territórios exíguos e bastante danificados do ponto de vista ambiental e não conseguem atender às demandas alimentares e sócio-culturais”, afirma Terezinha.

Por isso, uma das prioridades da Embrapa hoje é reforçar a parceria com povos indígenas buscando, ao mesmo tempo, favorecer projetos de segurança alimentar, conservação e promoção da biodiversidade, com foco em pesquisas e ações de desenvolvimento local sustentável e valorização cultural.

Fonte:
Embrapa

Aumentam as doenças crônicas entre indígenas do Xingu

SÍTIO GLOBO.COM, 23.09.2013

Antes raras ou inexistentes, elas agora apresentam índices preocupantes entre o povo Khisêdjê, indica estudo feito na Unifesp



Indígena no Xingu: análise dos resultados mostrou uma prevalência de hipertensão arterial de 10,3% em ambos os sexos

Noêmia Lopes, da Agência FAPESP

São Paulo – Malária, infecções respiratórias e diarreias eram as principais causas de morte no Parque Indígena do Xingu (PIX), no Mato Grosso, em 1965 – época em que a Escola Paulista de Medicina (EPM), atualmente parte da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), passou a responder pela saúde dos povos indígenas que lá vivem.

Hoje, a malária está sob controle e, embora as doenças infecciosas e parasitárias ainda sejam relevantes em termos de mortalidade, são os males crônicos não transmissíveis, como hipertensão, intolerância à glicose e dislipidemia (aumento anormal da taxa de lipídios no sangue), que estão em crescimento.

Conhecendo esse panorama, pesquisadores da EPM/Unifesp examinaram e entrevistaram 179 índios Khisêdjê, moradores da área central do parque do Xingu, no Mato Grosso, entre 2010 e 2011.

A análise dos resultados mostrou uma prevalência de hipertensão arterial de 10,3% em ambos os sexos, sendo que 18,7% das mulheres e 53% dos homens apresentaram níveis de pressão arterial considerados preocupantes.

CONT.



“Para valores de pressão arterial iguais ou maiores a 140/90 mmHg como indicativos da presença de hipertensão arterial, pesquisas encontraram prevalências entre 22,3% e 43,9% na população geral do Brasil”, disse Suely Godoy Agostinho Gimeno, coordenadora do estudo com os Khisêdjê e pesquisadora do Departamento de Medicina Preventiva da EPM/Unifesp e do Instituto de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo.

O estudo com os Khisêdjê foi realizado com apoio da FAPESP e do Projeto Xingu, iniciativa da Unidade de Saúde e Ambiente do Departamento de Medicina Preventiva da EPM/Unifesp.

Os Khisêdjê ainda não estão tão hipertensos como os demais brasileiros, mas o cenário é delicado, uma vez que tal condição era inexistente ou rara nas aldeias brasileiras até décadas atrás.

Já a intolerância à glicose foi identificada em 30,5% das mulheres (6,9% do total com diabetes mellitus) e em 17% dos homens (2% do total com diabetes mellitus). E a dislipidemia (aumento anormal da taxa de lipídios no sangue) apareceu em 84,4% dos participantes dos dois sexos.

“Examinamos os Khisêdjê anteriormente, entre 1999 e 2000. Comparando os dados daquela época com os mais recentes, percebemos um aumento significativo de todas essas doenças crônicas não transmissíveis. Outras pesquisas revelam que o mesmo aumento se aplica aos demais povos indígenas do Xingu e de outras áreas do país”, disse Gimeno.

De acordo com a pesquisadora, entre os fatores que vêm transformando o panorama entre os índios estão maior proximidade com os centros urbanos e intensificação do contato com a sociedade não indígena, com a incorporação de novos hábitos e costumes; aumento do número de indivíduos que exercem atividade profissional remunerada, abandonando práticas de subsistência tradicionais como agricultura, caça e pesca; e maior acesso a produtos e bens de consumo, como alimentos industrializados, eletroeletrônicos e motor de barcos (o que dispensa a necessidade de remar).

Os resultados foram informados aos Khisêdjê, individualmente e em grupo, e a equipe de saúde da Unifesp acompanha os casos que precisam de amparo médico.

Ainda assim, o quadro preocupa os pesquisadores, uma vez que o controle das doenças requer condições nem sempre disponíveis nas aldeias, como refrigeração (no caso da insulina), controle da dose e do horário dos medicamentos, controle regular da glicemia e da pressão arterial. Segundo Gimeno, “o estímulo e a garantia da preservação dos hábitos e costumes desses povos seriam medidas preventivas de grande valia”.

Excesso de peso

A coleta de dados para traçar o perfil nutricional e metabólico dos Khisêdjê foi realizada em diferentes períodos de 2010 e 2011, quando os pesquisadores passavam de 15 a 20 dias na aldeia principal desse povo, chamada Ngojwere.

CONT.



As informações levantadas incluíram perímetros de braços, cintura e quadril; peso; altura; composição corporal (água, massa magra e massa gordurosa); pressão arterial; perfil bioquímico (por exames como o de glicemia); aptidão física; condição socioeconômica; consumo de alimentos e práticas agrícolas.

Outro resultado obtido por meio dessa análise foi a prevalência de excesso de peso (de sobrepeso ou de obesidade): 36% entre as mulheres e 56,8% entre os homens.

“Contudo, observamos que, particularmente entre os homens, tal prevalência se deve a uma maior quantidade de massa muscular e não de tecido gorduroso. Esse dado sugere que, para a população em questão, os critérios de identificação do excesso de peso não são adequados, uma vez que os indivíduos são musculosos, não obesos”, disse Gimeno.

A conclusão, de acordo com a pesquisadora, é corroborada pelos testes de aptidão física. “A maioria dos valores revela força muscular nos membros inferiores, resistência muscular nos membros superiores e no abdômen, flexibilidade e capacidade cardiorrespiratória. Comparados aos não indígenas, os Khisêdjê têm perfil ativo ou muito ativo, contrariando a ideia de que um possível sedentarismo estaria associado às doenças investigadas”, disse.

Uma hipótese (não comprovada empiricamente) que poderia explicar a controvérsia é a de que, no passado, esses índios teriam sido ainda muito mais ativos do que na atualidade. E a possível redução na atividade física habitual teria, então, relação com os males crônicos.

Equipe e repercussão

Três médicos, quatro enfermeiras, cinco nutricionistas, dois educadores físicos, um sociólogo e quatro graduandos (dos cursos de Medicina e Enfermagem) participaram da pesquisa via Unifesp.

Completam a equipe uma sexta nutricionista do Instituto de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo, agentes de saúde e professores indígenas que vivem na aldeia Ngojwere e atuaram como intérpretes.

O projeto deu origem a seis apresentações em conferências internacionais e duas em congressos nacionais, três dissertações de mestrado e uma publicação de artigo na revista Cadernos de Saúde Pública. A íntegra do texto pode ser lida aqui (<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v28n12/11.pdf>).